



Ousar se revoltar em tempos de silenciamento da resistência: materialidades oscilantes no ordinário do sentido

Dare to revolt in times of resistance silencing: oscillating materialities in the ordinary of meaning

Thiago César da Costa Carneiro*
UFPE

Resumo: *Nesta resenha, discuto os artigos publicados na coletânea *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*, publicada pela Editora Pontes sob a organização de Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi e Helson Flávio da Silva Sobrinho. No livro, encontram-se reflexões oriundas do VIII Seminário de Estudos em Análise do Discurso, cujas discussões direcionam a compreender noções como sujeito, sentido e resistência, como no título da obra, observando tais funcionamentos em discursos ligados ao ordinário do sentido, oferecendo ao sujeito-leitor novas perspectivas teóricas e analíticas do trato com diferentes discursividades.*

Palavras-chave: *Discurso, Sujeito, Resistência.*

Abstract: *In this review, I discuss the articles published in the collection *Subject, sense, resistance: between art and digital*, published by Pontes publisher under the organization of Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi and Helson Flávio da Silva Sobrinho. In the book, there are reflections from the VIII Seminar of Studies in Discourse Analysis, whose discussions aim to understand notions such as subject, sense and resistance, as in the title of the work, observing such*

functioning in discourses linked to the ordinary of meaning, offering the subject-reader new theoretical and analytical perspectives of dealing with different discursivities.

Keywords: *Discourse, Subject, Resistance.*

Organizada pelas professoras Evandra Grigoletto (UFPE) e Fabiele Stockmans De Nardi (UFPE) e pelo professor Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL), a coletânea, publicada em 2019, pela editora Pontes, cujo título é *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*, conta com quinze artigos que buscam compreender o funcionamento de noções teóricas da Análise de Discurso materialista, fincada nos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, tomando como materialidades o artístico e/ou o digital em sua relação intrínseca com a historicidade e a ideologia, assim como se propõe a lançar mão de reflexões que intentam em produzir, teórica e politicamente, avanços no bojo da teoria materialista do discurso, a qual, no Brasil, tem se desenvolvido a partir da rede de pesquisadores filiados a essa teoria desde os primeiros trabalhos e orientações de Eni Orlandi. As reflexões engendradas na obra resenhada foram originadas a partir da realização do VIII Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), realizado, no ano de 2017, na Universidade Federal de Pernambuco.

Já no primeiro capítulo do livro, que toma por direcionamento realizar uma breve apresentação dos artigos que lhe sucedem, Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi e Helson Flávio da Silva Sobrinho esboçam noções da teoria do discurso que delinearão a obra, tais como resistência, tratada por Michel Pêcheux, no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, tocando em questões caras à teoria, como a relação inexorável entre sujeito, língua e ideologia. Para tal, os analistas de discurso justificam que, para o avanço teórico, é preciso que se analisem materialidades discursivas que estejam para além do discurso político, objeto de Pêcheux quando da criação da disciplina na França ao final da década de 60. Por esse ângulo, passam a ser consideradas, na especificidade e particularidade da coletânea, materialidades que oscilam entre o virtual e o artístico, de maneira a (re)pensar os constructos teórico-metodológicos, intentando ao avanço

da teoria materialista do discurso, ao se tomarem como objeto de análise manifestações materiais ligadas ao ordinário do sentido.

No segundo capítulo, Maria Cristina Leandro Ferreira, reconhecida autora no âmbito da Análise de Discurso de orientação pecheuxiana desenvolvida em território brasileiro, principia sua reflexão fazendo um recorte histórico da criação e desenvolvimento da AD na França e no Brasil, ambos os processos intrincados no distanciamento e descolamento do positivismo científico até então resistente nas Ciências Humanas e na Linguística. Desse modo, a autora direciona à compreensão de que a cultura, bem como a língua, similarmente convoca a determinação ideológica do sentido; à tal, é agregada a noção de arte, tomada a partir de Rancière, como instituída pela dimensão política, “não sendo mesmo possível separar a arte da política”, aqui não entendida como partidária. Na reflexão que engendra a trilha teórica, ideologia e inconsciente são articulados a fim de produzir um gesto de análise que pondere o mal-estar inscrito no corpo, tomado como uma materialidade significante. Partindo desse ponto, são analisadas obras da autora Alicia Moneva, artista espanhola, em que se observam a falta e o excesso, por um viés psicanalítico, tomados como lugares de partida para a identificação do sujeito-mulher em narrativas que remetem à generalização de como o corpo feminino é assujeitado às opressões das relações de produção.

Em capítulo cujo objetivo é analisar as discursividades em torno do Museu do Amanhã, Lucília Maria Abrahão e Sousa e Fábio Ramos Barbosa Filho, para iniciar sua asserção, debruçam-se sobre a temporalidade como elemento significante na produção de discursos acerca do e no Museu. Nessa perspectiva, elucidadas as condições de produção, os autores imprimem ao texto uma reflexão sobre as políticas de memória, observando-as no funcionamento de sintagmas como “amanhã” e “novo”, produzindo um gesto de análise que problematiza o *visitante-leitor*, ao qual é apresentada a cidade como pano de fundo para as mudanças da cidade do Rio de Janeiro, constituindo-se, na evidência do sentido, como “a-histórica”. Dessa maneira, na significação conduzida pelos autores, são apagadas as contradições constitutivas da edificação, bem como das materialidades linguísticas que emergem dela, permitindo que a ideologia dominante, materializada pela lógica empresarial, produza efeitos de naturalização e homogeneização de sentidos já fixados na historicidade.

No capítulo que dá seguimento à coletânea, Ana Boff de Godoy num artigo que deriva de sua pesquisa de doutorado, sugere um gesto de interpretação do filme tematizado pela história de Benedito Mussolini com sua amante e filho. Em sua pesquisa, a autora, que analisa a loucura na sua construção histórica, propõe a designação *delegação discursiva* para abordar a articulação entre ideologia e inconsciente, teses cruciais na teoria do discurso, proposta por Michel Pêcheux, com a finalidade de produzir *efeitos de verdade* sobre aquilo que se fala. Assim, com quadros e esquemas de cunho explicativo, a autora apresenta-nos a relação entre o SsS1 (Sujeito-suposto-saber) Entidade, o Sujeito-opressor e o SsS2 (Sujeito-oprimido), relacionando-os à construção sintagmática *em nome de*, a qual é enunciada pelo sujeito-opressor, num processo de identificação imaginária ao SsS1, para impor dominação ao SsS2, a fim de garantir o funcionamento do *constructo discursivo*, expressão formulada por Godoy. Para tal gesto analítico, além de recortes da história, são estabelecidas comparações com o divino-cristão, na tentativa de exemplificar a denegação, quando o sujeito-opressor se constitui entre a identificação imaginária ao SsS1 e a falta que ele, enquanto sujeito desejante, afirma enxergar em SsS2.

Ainda tomando uma materialidade pertencente ao domínio do artístico, Suzy Lagazzi e Vanise Medeiros propõem-se a pensar na resistência, questão teórica que baliza a organização da obra, pelo viés do afeto. Nessa direção de sentido, as autoras assumem a resistência como possível entre diferentes sentimentos e gestos, os quais se apresentam, nas discursividades, a partir do confronto. O confronto, mencionado no artigo, é compreendido pela história de Aracy Möebius de Carvalho Guimarães Rosa, conhecida por Anjo de Hamburgo, apresentada no documentário *Esse viver ninguém me tira*, no qual se vê a história de uma mulher que lutou pela liberdade de judeus durante o período do Nazismo. Compreendendo o afeto como uma forma de resistência, as autoras entendem que essa resistência se dá ao intolerante, que segrega por seu incômodo do modo particular de gozo e liberdade do outro. Ou seja, para construir essa imagem, o sujeito do discurso da segregação se vale da consideração de que ser o outro é ser exagero para torná-lo estranho e, portanto, possível de sofrer violência. Com a ajuda silenciosa de Aracy, judeus foram salvos do impiedoso nazismo, o que levou as autoras a concluir que o afeto, materializado

pelo silêncio e atravessado pelo político, se forja como forma de resistência.

Produzindo um capítulo também no âmbito da filmografia, Renata Marcele Lara, com capítulo intitulado *Felizes para sempre?: o estilhaçamento do (sujeito no) social*, mobiliza questões da Análise de Discurso materialista em interlocução com teorias da comunicação social, as quais lhe servem como basilares para o trajeto analítico desenvolvido em torno da série *Felizes para sempre*, que dá título ao capítulo. Justificado o objetivo em produzir a pesquisa, a partir da teorização de Leandro Ferreira acerca do real do discurso e de sua proposta em teorizar o social, a autora, oscilando entre escritos da AD e de áreas afins ao seu objetivo de pesquisa, analisa a construção da/na série das imagens construídas e projetadas por/para as personagens principais da série analisada, em que observa o entrelaçamento entre os corpos das personagens como uma articulação entre consciente e inconsciente, sobretudo na personagem Marília, a qual, constituindo-se enquanto sujeito do desejo, deseja (ao mesmo passo que se submete) sair das regras e imposições nas quais vive, atravessadas pelo discurso religioso, e aprisionar-se “a outras e [estando] continuamente em fuga [dessas que agora vive]” (LARA, 2019, p. 105, acréscimo meu).

Já no capítulo de Laís Virgínia Alves Medeiros, ordenado pela temática da racialidade, a autora analisa a declaração feita pelo professor Ivan Proença Cavalcanti na cerimônia de homenagem à escritora Carolina Maria de Jesus, na qual o professor afirmara que a obra da autora não poderia ser enunciada/anunciada como literatura, tendo em vista critérios sintáticos de subordinação. A fim subsidiar as análises a serem desenvolvidas, Medeiros retoma proposições teórico-metodológicas da AD como paráfrase discursiva, memória discursiva, pré-construído, elaboradas por Michel Pêcheux, e determinação discursiva, apresentada por Freda Indursky em artigo de 2013. No seu trabalho de análise, a autora enfatiza que, na declaração, o professor produz uma discursividade que aponta a literatura como espaço de segregação da mulher negra, o que a faz empreender que “a determinação discursiva do racismo funciona como modo de combate a um pré-construído que defende sua inexistência” (MEDEIROS, 2019, p. 117). Nesse sentido, a Academia Carioca de Letras, à qual pertence Ivan, ocupa um lugar de prestígio no que diz respeito à literatura, todavia, pela contradição, num ato simbólico de homenagem, sujeita-se

ao deslizamento e põe em jogo pré-construídos sobre literatura e sobre língua, tomada, isto posto, como espaço de deslegitimação de uma autora negra. Ainda no capítulo, produzindo efeito de fim, a autora reflete sobre as condições de aceitabilidade de escritores como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, os quais “podem brincar com a língua porque a conhecem de tal modo que se permitem jogos, [enquanto] esta tem sua escrita definida pela incapacidade. A língua, sabemos, é passível de jogo. Mas quem é autorizado a jogá-lo?” (*ibidem*, p. 121, acréscimo meu).

Também abordando questões étnico-raciais, de autoria de Rogério Modesto, o capítulo seguinte, intitulado *Não esquecer, não aceitar: a denúncia “quando se exige silêncio” e a construção discursiva do antagonismo*, trata da abordagem da violência policial, pensada, *a priori*, pelo antagonismo entre o sujeito-branco e o sujeito-negro; este reprimido pela força física e simbólica do Estado e aquele protegido e salvaguardado pela mesma entidade, reproduzindo um discurso, conforme constatado pelo autor, como pré-moderno, discriminando e excluindo vidas negras. Dessa forma, verificados os distintos modos de tratamento dados às vidas negras e às vidas brancas, é convocado um gesto de análise que, pela paráfrase, anuncia sentidos incutidos no pronome demonstrativo *isso* na oração “como a gente não aceita *isso*, eles seriam linchados”, sequência discursiva que se refere a um relato acerca da inserção de policiais armados em comunidades. Na análise feita, o pronome é substituído numa sequência de paráfrases encabeçadas pela conjunção integrante *que*, introduzindo orações subordinadas substantivas objetivas diretas, e por objetos diretos; dadas suas inscrições na história e na ideologia, as paráfrases da sequência produzem um efeito de escuta de sentidos em regime de silêncio no/pelo Estado. O silêncio, como forma de produzir sentido inscrito no simbólico, promove a naturalização de sentidos já solidificados, materializados sob a forma da violência policial vivenciada nas comunidades brasileiras.

No nono capítulo da coletânea em questão, Marilei Resmini Grantham e Verli Petri, orientadas por noções teóricas da AD, tais como político, memória discursiva, paráfrase e polissemia, analisam o enunciado *Meu partido é um coração partido*, que toma frente ao *Movimento Santa Maria do luto à luta* (MSM), relativo ao incêndio da Boate Kiss em janeiro de 2013. Fundamentadas em Racière, as autoras

asseguram que uma comunidade determinada só existe pela divisão, embora haja forças, no bojo da organização social, que trabalham com o fito do não funcionamento do político, homogeneizando sentido e sujeitos. Nesse escopo, o enunciado que dá voz ao Movimento sugere um efeito de denúncia que busca criminalizar/culpabilizar o estado do Paraná pelo acontecimento. Numa conjuntura de efeitos da/de denúncia, pela memória, recupera-se a música Ideologia, performada por Cazuza após o final do período ditatorial no Brasil, na qual se observa a mesma estrutura enunciativa, *Meu coração é um coração partido*, todavia, considerando que o sentido se constitui na formação discursiva, as autoras reconhecem que a repetição de um enunciado inevitavelmente retorna ao mesmo, contudo, dadas as condições de retorno, o funcionamento imbricado ao discurso é outro, tal como é observado nos modos de significação da estrutura na música de Cazuza e no Movimento, o que conduz a considerar que todo enunciado pode tornar-se outro, diferente de si mesmo. No intento de finalizar o trajeto analítico, as autoras declaram que, enquanto movimento de resistência, o MSM vai de encontro a uma ideologia que domina e que deseja produzir efeitos de igualdade entre as dores e apagamento da culpa, tratando, pois, o crime como desastre.

Em artigo proposto também a pensar nos discursos que circunscrevem o corpo feminino, Luciane Botelho Martins, Ana Paula Vieira de Andrade Assumpção e Aracy Ernst partem de uma publicação feita na rede social *Facebook* por um médico da Santa Casa de Misericórdia de São Lourenço do Sul. Na publicação em questão, imaginários acerca da mulher tensionam a discursividade, produzindo-se discursos machistas, os quais se constituem no entremeio da religião, da medicina e da ética. No trajeto teórico, as autoras mobilizam formulações que estão além da AD para alicerçar o gesto interpretativo seguinte, advindos da filosofia e da história. Dessa maneira, evocadas questões encadeadas ao cristianismo, é atestado pelas autoras o atravessamento desse discurso na prática médica do sujeito enunciator da publicação, a qual sugere, pelo trato analítico dado, uma identificação a uma ideologia *paternalista*, o que nos fornece a compreensão de que, na/pela publicação, o corpo feminino é tido como objeto de dominação, controle, imposição e materialização do discurso patriarcal. Nele, são produzidas diferentes identificações, nas quais os homens desejam ocupar a posição social de médico ginecologista com

o propósito de imprimir práticas opressoras a um corpo não seu, um corpo que acredita ter poder e que, por isso, não considera o gesto como uma ofensa.

Passando a uma reflexão que toma diretamente o digital, e suas condições de produção, como materialidade, Solange Gallo instaura, no início de seu capítulo, um gesto analítico de pensar no *discurso da escrita* e no *discurso da oralidade*, noções que têm desenvolvido atreladas à *autoria*. Para tal análise, a autora retoma condições de produção do discurso nos *espaços enunciativos informatizados* como sobredeterminantes à inscrição da discursividade na história, pelo que analisa vídeos publicados no espaço enunciativo do *YouTube*, nos canais de Whindersson Nunes e Christian Dunker. Entrelaçando noções, Gallo propõe que, na rede, o discurso não é levado à legitimação, própria do discurso da escrita, mas sim à *mediatização*, o que é apontado como recorrente nesses espaços de enunciação. Ou seja, o lugar discursivo é forjado, sobretudo, pelo funcionamento tecnológico, algorítmico e, portanto, ideológico, muito embora esse lugar discursivo não signifique homogeneização, visto que, apesar dos *youtubers* estarem num mesmo espaço enunciativo, diferentes discursividades e efeitos de legitimidade são produzidos tendo em vista o conteúdo, os acessos e as replicações do vídeo. Portanto, a autora guia-nos, ao final de seu texto, à percepção de que a interpelação ideológica, própria do discurso, é recoberta pelas materialidades digitais, produzindo efeitos de normatização, estabilização e solidificação de sentidos e sujeitos, tanto produtores de conteúdo quanto produtores de comentários.

Ainda no escopo do digital, Guilherme Adorno e Juliana da Silveira tomam como objeto de análise os conceitos de pós-verdade e *fake news*, materializados em verbetes e publicações na rede social *Twitter*. Nesse sentido, os autores promovem uma remissão ao ano de 2016, em que houve uma escalada no uso de pós-verdade nas mídias sociais. Tal efeito pôde ser atrelado à discussão já promovida por Silveira em análises anteriores acerca do *efeito-rumor*, o qual é agregado às análises e conceituado como uma construção de sentidos não estabilizados e/ou uma tentativa de desestabilizar sentidos fixados pelos meios hegemônicos de comunicação, bem como de sua inserção na *internet*. Tomadas as materialidades, os autores captam a regularidade de que nem sempre o sujeito que enuncia uma *fake news* ou identifica algo

como pós-verdade tem sua autoria comprovada, dada a movência das possibilidades de construção de perfis nas redes sociais. Nessa perspectiva, afirma-se que são distintos os sujeitos que criam e os sujeitos que compartilham as *fake news*, haja vista que a *internet* facilita a replicação de publicações de maneira que, uma vez criada, uma publicação pode ser compartilhada de diferentes formas, produzindo, a partir da FD em que circula, efeitos de sentidos que podem se filiar ou não à mesma matriz de sentido.

Pensando também sobre as redes, Caroline Foppa Salvagni produz um recorte de matérias da Folha de São Paulo, nas quais se escreve acerca do *WikiLeaks*, portal político conhecido por gerenciar vazamentos de documentos confidenciais, sobretudo das ações políticas dos Estados Unidos da América. Os vazamentos, conforme a autora, põem em xeque antagônicas posições a seu respeito, a saber: posicionar contra a violência do Estado, exigindo uma prestação de contas; e a liberdade e privacidade individuais. Assim, nos gestos de análise, além de retomar noções teóricas em torno do discurso jornalístico, a autora analisa uso verbais como foco da produção de sentido nas matérias, ressaltando que os efeitos produzidos, pois, realizam-se no interior da FD, em que há uma produção de sentidos que direciona à compreensão de que existe, sobre o Brasil e seu território, uma pressão estadunidense. Para tal, assim como para sua reflexão teórica, a autora propõe uma explicação baseada no movimento de um sistema de engrenagens, no qual *vazamento* e *circulação* giram na mesma direção, em contraponto à *censura*, que gira ao reverso. Ou seja, nas/pelas redes, o vazamento constitui-se como uma prática política de circulação de sentidos interditados, o que a leva a afirmar que, se há vazamento de algo, é porque, sobre esse mesmo algo, há vigilância e, acrescento, censura.

Em materialidades recobertas pelo digital e suas condições de produção, Ronaldo Adriano de Freitas propõe-nos uma ponderação que se constitui no intervalo entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Nesse meio, tomando como objeto de análise dicionários *on-line*, Freitas pesquisa os sentidos em torno do termo *governabilidade* no *buscador Google*. Para produzir sua análise, o autor engendra a reflexão de que os dicionários surgem como discursos *sobre* a língua, o que é associado à *internet*, dada a dinamicidade de publicações e produções de efeitos de sentido que podem encaminhar a diferentes regiões da ideologia. Contudo, apesar da heterogeneidade

que constitui a rede, o efeito de evidência mascara que, na verdade, os sentidos sugeridos pelos dicionários encaminham ao homogêneo, sobretudo quando ligados a nomes de sujeitos da política, como Temer, Dilma e Lula, analisados no artigo. No texto, é mobilizado o conceito dicionarizado de governabilidade para contrapor aos sentidos (re)produzidos a partir de seu uso colado a um substantivo próprio, o que possibilita deslizamentos de sentido não previstos pela lógica do dicionário e nem pelas demais buscas do termo em sua individualidade.

No artigo que encerra a coletânea, Thiago Alves França leva-nos ao discurso de ódio (re)produzido na *internet*. Traçado seu intento analítico, teoricamente apresenta noções sobre discurso, sobre ódio e sobre discurso de ódio e conduz-nos a compreender que, enquanto efeito de sentido entre os pontos A e B, tal qual teorizado por Michel Pêcheux, o discurso de ódio pressupõe dois interlocutores, os quais, como designa no texto, são protagonistas do discurso de ódio, tanto o sujeito enunciador, quanto aquele que é alvo do ódio. Nessa interlocução, o autor menciona dois possíveis modos de tratar o discurso de ódio, antagônicos entre si: i) pela ingenuidade; ii) pelo cinismo. A esse respeito, sobretudo pela tomada do cinismo, elucida com exemplos ligados ao discurso político, principalmente na votação do golpe em 2016, na qual deputados de diferentes partidos afirmavam suas justificativas baseadas, em muitos momentos, nas relações opressoras com as minorias políticas, conforme mencionado na discussão do artigo. Pela ingenuidade, todavia, é tido que o sujeito, ao enunciar, nem sempre se dá conta daquilo que produz; tal reflexão, no interior da AD, é feita pelo autor ao levar questões althusserianas ao texto a fim de justificar a não passividade do sujeito enunciador.

A partir das reflexões suscitadas pela obra, percebe-se que, embora o discurso político, primeiro objeto de estudo na AD, ainda atravessasse as propostas de trabalho aqui apresentadas, a coletânea institui que materialidades outras e discursos outros podem ser analisados com o objetivo teórico, aliado ao político, de avançar teoricamente, a começar pelas materialidades ligadas ao ordinário do sentido, às quais os analistas devem se debruçar, conforme Michel Pêcheux já anunciara. Em outras palavras, materialidades discursivas não presas à institucionalização de sentidos, em que as práticas corriqueiras, aquelas vivenciadas no dia a dia, são acatadas como (re)produtoras de sentido e instauradoras de resistência. Portanto, entendo que a coletânea,

organizada após a realização do VIII SEAD, dá condições para que a AD pecheuxtiana expanda sobremaneira os *corpora* discursivos, possibilitando que outros sentidos trabalhem nas materialidades e irrompam outros horizontes analíticos; e, no caso do livro, movam-se entre a arte e o digital. Com efeito de fim, retomo a lição de M. Pêcheux de que *é preciso ousar se revoltar, é preciso ousar pensar por si mesmo*.

Referência

GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S; SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Sujeito, sentido, resistência:** entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019. 277p.

Notas

* Graduando em Letras – Português (Licenciatura) na Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/CNPq) e do Grupo de Estudos do Texto (GESTO/CNPq).